

ACERCA DA IMPORTÂNCIA SISTÊMICA DA TEORIA DOS POSTULADOS DA RAZÃO PRÁTICA PURA NA *DIALEKTIK DER REINEN PRAKTISCHEN VERNUNFT* PARA A FUNDAMENTAÇÃO DA MORAL EM KANT

*Luciano Duarte da Silveira**

Resumo: O presente artigo pretende investigar e estabelecer a importância sistêmica da Teoria dos postulados da razão prática pura para a fundamentação moral kantiana, a partir da leitura da *Dialektik der reinen praktischen Vernunft*, bem como de outras passagens das obras de Kant referentes ao tema.

Palavras-chave: Sumo bem, liberdade da vontade, Deus, imortalidade da alma.

Considerações introdutórias

É já a partir do segundo capítulo da doutrina transcendental do método da *Kritik der reinen Vernunft* (1781, KrV)¹, intitulado *Der Kanon der reinen Vernunft*, que Kant apresenta três figuras fundamentais, três objetos em relação aos quais a razão, em seu uso transcendental, aponta como seu *propósito final* (*Endabsicht*)², a saber, a *liberdade da vontade* (*Freiheit des Willens*), a *imortalidade da alma* (*Unsterblichkeit der Seele*) e a *existência de Deus* (*das Dasein Gottes*). Neste momento, tais proposições embora não mais que transcendentais (*Transcendent*) para a razão em seu uso especulativo, consistem, entretanto, em proposições

* Mestre em Filosofia pela UFPel (lucianoduartedasilveira@gmail.com)

¹ A primeira menção a uma obra será seguida por parênteses, no qual se encontrará a data de publicação da obra menciona, bem como a abreviatura a ser utilizada doravante. Todas as citações retiradas do texto alemão terão sua reprodução original no rodapé da página, entre parênteses, e em itálico, sendo devidamente referenciadas. As referências bibliográficas completas utilizadas encontrar-se-ão ao final do texto.

² KANT. KrV, A798, B826; Suhrkamp Werkausgabe, Bd.IV, p.672.

cardeais (*Kardinalsätze*) no que se refere à ordem prática³. É especificamente a partir da observação destas considerações expostas ao final da primeira edição da *KrV*, a saber, a constatada impossibilidade de uma prova especulativa das mencionadas ideias transcendentais, que Paul Guyer diz ser muito provável que se dê o desenvolvimento da célebre passagem do prefácio à segunda edição da *KrV*⁴, onde Kant afirma categoricamente, “*Ich mußte also das Wissen aufheben, um zum Glauben Platz zu bekommen...*”⁵, na tradução do próprio Paul Guyer, em colaboração com Allen W. Wood, “*Thus I had to deny knowledge in order to make room for faith*”⁶. A tradução de Guyer e Wood parece estar também de acordo com a tradução de Marcus Weigelt, que cotejada com a clássica tradução de Max Müller propõe, “*Hence I had to suspend knowledge in order to make room for belief*”⁷; ainda, a tradução portuguesa de Manuela P. dos Santos e Alexandre F. Morujão pode ser considerada também em acordo com as duas anteriormente expostas, na qual lemos: “*Tive pois de suprimir o saber para encontrar lugar para a crença*”⁸.

Entretanto, é necessário esclarecer esta passagem corretamente para que a mesma não seja interpretada de forma equivocada. Um entendimento correto acerca da obra de Kant, e de seus conceitos, deve contar com uma

³ „Wenn demnach diese drei Kardinalsätze uns zum Wissen gar nicht nötig sind, und uns gleichwohl durch unsere Vernunft dringend empfohlen werden: so wird ihre Wichtigkeit wohl eigentlich nur das Praktische angehen müssen“ (KANT. *KrV*, A 800, B 828; Suhrkamp Werkausgabe, Bd.IV, p.673).

⁴ Cf. Guyer – “Although knowledge of the existence of God and our own freedom and immortality cannot be theoretically demonstrated, Kant argues, neither can they be disproven, and they are necessary presuppositions of moral conduct – objects of moral belief or faith although not knowledge. This is what Kant meant by his famous statement in the Preface to the second edition of the Critique that he found it necessary “to deny knowledge in order to make room for faith” (B xx)” (GUYER, Paul. Kant. 2006, p.34). Em correção à referência de Guyer, “*Ich mußte also das Wissen aufheben, um zum Glauben Platz zu bekommen, ...*” (KANT. *KrV*, B XXX; Suhrkamp Werkausgabe, Bd.III, p.33).

⁵ KANT. *KrV*, B XXX; Suhrkamp Werkausgabe, Bd.III, p.33.

⁶ In: KANT, Immanuel. Critique of pure reason. (Transl. by Paul Guyer and Allen Wood). Cambridge University Press, 1998, p.117.

⁷ In: KANT, Immanuel. Critique of pure reason. (Translated, edited, and with introduction by Marcus Weigelt based on the translation by Max Müller). Penguin Books Ltd., 2007, p.25.

⁸ In: KANT, Immanuel. Crítica da razão pura. (Tradução de Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão). Calouste Gulbenkian, 2010, p.27.

leitura e tradução extremamente exegética de seu texto, do contrário, será quase inevitável não incorrer em inconsistências, ou mesmo em contradições em relação ao texto original do autor. Com a expressão *Wissen aufheben*, na passagem mencionada acima, Kant definitivamente não pretende *negar o saber* (*to deny knowledge*), nem *suspender o saber* (*to suspend knowledge*), menos ainda pretende o autor *suprimir o saber*, isto certamente significaria um recuo em sua argumentação crítica. Kant não se esquivava da problemática envolvida na impossibilidade de um conhecimento especulativo da liberdade, da imortalidade da alma ou de Deus, tampouco, utilizando-se do recurso à *fé* (*Glaube*) pretende ele afirmar que a explicação de tais objetos, imprescindíveis à Metafísica, possa ser dado alhures à própria razão, visto que, como Kant mesmo aponta em sua obra *Was heisst: Sich im Denken orientieren?* (1786, *Denken*), “Qualquer fé, mesmo a de natureza histórica, deve ser racional (pois a derradeira pedra de toque da verdade é sempre a razão)...”⁹.

A falta de rigor em relação à semântica na tradução de textos filosóficos complexos como são os textos de Kant, mediante uma leitura meramente superficial, e não raras vezes descuidada, acaba por fomentar a ocorrência de interpretações equivocadas, não abarcando, portanto, a riqueza conceitual com que o autor elaborou sua obra. Para que possamos evitar possíveis equívocos especificamente no que se refere à passagem do texto kantiano mencionado, proponho a consideração da tradução empreendida por Valério Rohden e Udo Baldur Moosburger para a segunda edição da *KrV*, sendo que esta oferece uma nova perspectiva de interpretação para a passagem destacada anteriormente por Paul Guyer, vejamos a sentença em sua íntegra:

Não posso, portanto sequer admitir Deus, liberdade e imortalidade com vistas ao uso prático necessário da minha razão sem ao mesmo tempo tirar da razão

⁹ „Ein jeder Glaube, selbst der historische, muß zwar vernünftig sein (denn der letzte Probestein der Wahrheit ist immer die Vernunft)...“ (KANT. *Denken*, A318; Suhrkamp Werkausgabe, Bd.V, p.276).

especulativa sua pretensão a visões exageradas, pois, para chegar a estas ela precisa empregar princípios que, estendendo-se de fato apenas a objetos da experiência possível não obstante serem aplicados ao que não pode ser objeto da experiência, na realidade sempre transformam o último em fenômeno e assim declaram impossível toda a *ampliação prática* da razão pura. Portanto, tive que *elevare* (*aufheben*) o saber para obter lugar para a fé, e o dogmatismo da Metafísica, isto é, o preconceito de progredir nela sem crítica da razão pura, é a verdadeira fonte de toda a sempre dogmática incredulidade antagonizando a moralidade (KANT, *KrV*, XXX)¹⁰.

Na tradução acima transcrita, vê-se que o termo *wissen aufheben* foi traduzido por *elevare o saber*¹¹. Esta proposta consiste num ganho conceitual enorme, visto que não se trata de uma negação, suspensão, ou sequer uma supressão do saber, mas sim de uma possível ampliação no que respeita a uma esfera prática. É bastante claro que, após a crítica da razão pura ter explicitado de forma concisa os limites desta em seu uso especulativo, seja necessário que a obtenção da realidade de tais ideias somente possa ser dada numa outra ordem, a saber, numa *ordem prática*. A realidade de tais ideias é, pois, prática, bem como a fé, na perspectiva crítica kantiana, consiste em uma fé racional (moral), teologia moral, não fé teológica no sentido histórico (dogmático). Como nos aponta Olivier Dekens, trata-se de uma distinção em busca de uma

¹⁰ Cf. Kant – “Ich kann also Gott, Freiheit und Unsterblichkeit zum behuf des notwendigen praktischen Gebrauchs meiner Vernunft nicht einmal annehmen, wenn ich nicht der spekulativen Vernunft zugleich ihre Anmaßung überschwenglicher Einsichten benehme, weil sie sich, um zu diesen zu gelangen, solcher Grundsätze bedienen muß, die, indem sie in der Tat bloß auf Gegenstände möglicher Erfahrung reichen, wenn sie gleichwohl auf das angewandt werden, was nicht ein Gegenstand der Erfahrung sein kann, wirklich dieses jederzeit in Erscheinung verwandeln, und so alle praktische Erweiterung der reinen Vernunft für unmöglich erklären. Ich mußte also das wissen aufheben, um zum Glauben Platz zu bekommen, und der Dogmatism der Metaphysik, d.i. das Vorurteil, in ihr ohne Kritik der reinen Vernunft fortzukommen, ist die wahre Quelle alles der Moralität widerstehenden Unglaubens, der jederzeit gar sehr dogmatisch ist” (KANT, *KrV*, B XXX; Suhrkamp Werkausgabe, Bd.III, p.33).

¹¹ In: KANT, Immanuel. Crítica da razão pura. (Tradução de Valério Rohden e Udo Baldur Moosburger). Nova Cultural, 1996, p.44. – Os tradutores seguem a proposta de tradução de A. Gulyga (Ibdem, p.45)

forma legítima de crença¹². Em vistas destes aspectos creio ser pertinente adotar a tradução de Rohden e Moosburger do termo *wissen aufheben* por *eleva o saber*.

Para a tarefa aqui pretendida, a distinção entre as diversas propostas de tradução, bem como o apontamento daquela que parece ser a mais correta, visa apenas elucidar que Kant, no prefácio à segunda edição da *KrV*, apresenta uma argumentação na qual esboça já estar de posse do arcabouço teórico que ele utiliza na *KpV*. Tais afirmações depreendem-se da passagem acima mencionada não sem levar em conta aspectos importantíssimos que são fundamentais para um melhor esclarecimento acerca do desenvolvimento do pensamento de Kant esboçado em suas obras. Somente para situar a passagem, a primeira edição da *KrV* foi publicada em 1781, entretanto, a referida passagem acima mencionada pertence ao prefácio à segunda edição da mesma obra que é datada de 1787, distando, portanto, apenas alguns meses da publicação da primeira edição da *Kritik der praktischen Vernunft* (1788, *KpV*), que na data da publicação da segunda edição da *KrV* em 1787 possivelmente já se encontrava concluída e levada ao prelo. A segunda edição da *KrV* também contava aproximadamente dois anos da publicação da *Grundlegung zur Metaphysik der Sitten* (1785, *GMS*), obra imprescindível para a compreensão mais basilar referente à investigação kantiana acerca da moralidade.

A partir da análise destes aspectos, é possível afirmar que, o desenvolvimento das discussões levantadas pelo próprio Kant no final da primeira edição da *KrV*, em relação as antinomias da razão, bem como suas considerações empreendidas no *Kanon* muito provavelmente o levaram a elaborar sua argumentação de forma mais acabada, o que parece se confirmar na mais rápida análise das obras *GMS* e da *KpV*, bem como ainda, oferecer

¹² Cf. Dekens – “...a religião é uma necessidade vital; (...) é preciso distinguir, pelo exercício da crítica, uma forma legítima de crença em Deus de uma forma ao mesmo tempo falsa e perigosa de fé” (DEKENS, Olivier. Compreender Kant. 2008, p.120).

entre estas, no prefácio à segunda edição da *KrV*, um pequeno aceno de suas investigações. Não obstante, se na *GMS*, e no *Kanon* da *KrV*, a argumentação de Kant parece apenas apontar para tal necessidade de uma abordagem mais específica das figuras da liberdade, imortalidade da alma e Deus, na *KpV* a argumentação de Kant assume contornos mais audaciosos que culminam na teoria dos postulados da razão prática pura. Neste *paper*, pretendo não só fazer um rápido esboço acerca de tal teoria, mas também buscar estabelecer a importância sistêmica desta teoria para a fundamentação moral kantiana.

I - Da liberdade enquanto postulado prático necessário à realidade dos demais postulados da razão prática pura.

No prefácio à *KpV* Kant destaca a necessidade e a significação mais específica do conceito de liberdade para o estabelecimento de um sistema da razão:

(...) o conceito de liberdade, na medida em que sua realidade é provada por uma lei apodídica da razão prática, constitui o fecho de abóbada de todo o edifício de um sistema da razão pura, mesmo da razão especulativa, e todos os demais conceitos (os de Deus e de imortalidade), que permanecem sem sustentação nesta <última> como simples ideias, seguem-se agora a ele e obtêm com ele e através dele consistência e realidade objetiva, isto é, a possibilidade dos mesmos é provada pelo fato de que a liberdade efetivamente existe; pois, esta ideia manifesta-se pela lei moral (KANT, *KpV*, A4)¹³.

¹³ „Der Begriff der Freiheit, so fern dessen Realität durch ein apodiktisches Gesetz der praktischen Vernunft bewiesen ist, macht nun den Schlußstein von dem ganzen Gebäude eines Systems der reinen, selbst der spekulativen, Vernunft aus, und alle andere Begriffe (die von Gott und Unsterblichkeit), welche, als bloße Ideen, in dieser ohne Haltung bleiben, schließen sich nun an ihn an, und bekommen mit ihm und durch ihn Bestand und objektive Realität, d.i. die Möglichkeit derselben wird dadurch bewiesen, daß Freiheit wirklich ist; denn diese Ideen offenbart sich durchs moralische Gesetz“ (KANT. *KpV*, A4; Suhrkamp Werkausgabe, Bd.VII, p.107).

Vê-se que a liberdade consiste num conceito¹⁴ importantíssimo e fundamental para o encerramento de um sistema da razão. O recurso de Kant no uso da figura de um fecho de abóbada (*Schlußstein*) remete diretamente à ideia de um acabamento final para uma construção finamente acabada, onde a abóbada sustenta arquitetonicamente as partes constitutivas de sua estrutura. Somente a partir da liberdade, os outros conceitos podem adquirir realidade e validade objetivas. A liberdade é condição da lei moral, segundo Kant, sua *ratio essendi* (enquanto a lei moral é *ratio cognoscendi* da liberdade), tal consideração é possível em decorrência daquilo que Kant denominou como um *Factum der Vernunft*¹⁵. A liberdade, desta forma, é o elemento que possibilita a própria efetividade do uso prático autônomo da razão, ademais, corrobora a primazia da razão prática em relação à razão em seu uso especulativo. O uso especulativo da razão remete ao “...conhecimento do objeto até os princípios a priori,...”, nisto consistindo o interesse da razão de um ponto de vista especificamente especulativo¹⁶. Diferentemente, a “...determinação da vontade em relação ao fim último e completo”¹⁷, constitui-se como o interesse propriamente prático da razão, portanto, diz respeito à autonomia possível aos seres sensíveis dotados da capacidade de racionalidade, e este é, segundo nos aponta Carlos Ferraz, o caráter de *postulado* que a liberdade assume na segunda Crítica¹⁸.

¹⁴ Para esclarecer de que maneira se deve compreender o termo *conceito* aqui, remeto a passagem KpV, A9 – “... embora como conceito prático, só para uso prático...” (...*obgleich als praktischem Begriffe auch nur zum praktischen Gebrauche...*) (KANT. KpV, A9; Suhrkamp Werkausgabe, Bd.VII, p.110).

¹⁵ KANT. KpV, A5; Suhrkamp Werkausgabe, Bd.VII, p.108. (Ver nota de rodapé).

¹⁶ “...*Erkenntnis des Objekts bis zu den höchsten Prinzipien a priori*”; (KANT. KpV, A216; Suhrkamp Werkausgabe, Bd.VII, p.250).

¹⁷ “...*Bestimmung des Willens, in Ansehung des letzten und vollständigen Zwecks*” (KANT. KpV, A216; Suhrkamp Werkausgabe, Bd.VII, p.250).

¹⁸ Cf. Ferraz – “A liberdade possui, pois, este caráter de postulado em virtude do fato de que ela torna possível a própria razão prática, uma vez que a razão só é prática quando seu fundamento de determinação é a liberdade, ou seja, quando há uma relação da razão com suas próprias leis” (FERRAZ, Carlos. Do juízo teleológico como propedêutica à teologia moral em Kant. 2005, p.51)

Porém, há que se esclarecer que existe uma distinção entre a liberdade e os demais conceitos da razão, já que estes últimos conceitos assumem uma importância de outra ordem:

As ideias de Deus e de imortalidade, contudo, não são condições da lei moral mas somente condições do objeto necessário de uma vontade determinada por essa lei, isto é, do uso meramente prático de nossa razão pura; portanto, não podemos tampouco afirmar acerca daquelas ideias, não quero simplesmente dizer a efetividade mas sequer a possibilidade de conhece-las e ter compreensão¹⁹ delas (KANT. *KpV*, A6)²⁰.

Na passagem supracitada, embora muito sumariamente, se torna já bastante claro o fato de que, mesmo que Deus e imortalidade representem conceitos práticos enquanto condição tão somente do *objeto* daquela vontade que se orienta pela lei moral, ou seja, pelo uso prático da razão, eles não deixam de ser parte importante de um sistema da razão, e especificamente em relação à razão pura em seu uso prático, exercem uma importância sistêmica fundamental. Como o próprio Kant escreve no prefácio à obra *Die Religion innerhalb der Grenzen der bloßen Vernunft* (1793, *Religion*), a Moral não carece de nenhum fim que a preceda enquanto determinação da vontade, mas, talvez ela proceda com referência a tal fim, “...a saber, não como ao fundamento, mas

¹⁹ A escolha na tradução de *einsehen* (*einzusehen*) por compreensão, e não por “perspicácia” como o fez Valério Rohden, segue a orientação do texto de Christian Hamm, “...(...) Isso se mostra o mais claramente no caso de “compreender” que, pela sua afinidade semântica sobretudo com “entender”, mas também com “perceber”, pode, sem problemas, “cobrir” grande parte dos segmentos constitutivos do campo semântico de “einsehen”, enquanto, por outro lado, não todos os demais termos alemães aqui indicados, apesar da sua inegável equivalência ao termo “einsehen”, precisam igualmente corresponder – e, de fato, não correspondem – à totalidade dos segmentos do campo semântico de “compreender” (HAMM, Christian Viktor. A fusão de campos semânticos: o exemplo de *einsehen*, *verstehen*, *begreifen*. 2009, p.69). Acerca do termo “perspicácia” utilizado por Rohden, ver nota complementar a sua tradução da Crítica da razão prática, 2003, p.579.

²⁰ „Die Ideen von Gott und Unsterblichkeit sind aber nicht Bedingungen des moralischen Gesetzes, sondern nur Bedingungen des notwendigen Objekts eines durch dieses Gesetz bestimmten Willens, d.i. des bloß praktischen Gebrauchs unserer reinen Vernunft; also können wir von jenen Ideen auch, ich will nicht die Wirklichkeit, sondern auch nicht einmal die Möglichkeit zu erkennen und einzusehen behaupten“ (KANT. *KpV*, A5; Suhrkamp Werkausgabe, Bd.VII, p.108).

como às necessárias consequências das máximas que são adotadas em conformidade com as leis”²¹. Otfried Höffe ressalta o fato de que, ao contrário da perspectiva comumente empregada, a religião que resulta inevitavelmente da Moral (afirmação do próprio Kant), delinea não o seu fundamento, mas, alicerça sua também inevitável consequência²².

I - Da determinação do sumo bem e da necessidade dos demais postulados da razão prática pura

A importância sistêmica dos postulados esta relacionada diretamente à questão da determinação do sumo bem (*höchstes Gut*). Kant mediante uma nova perspectiva acerca do termo sumo bem, pretende também lhe dar uma justificação prático-moral legítima. Se retomarmos a argumentação de Kant na segunda seção do *Kanon* da *KrV*, é possível verificar que já naquele momento o autor apontava para o ideal de sumo bem como representando certa união, ou ligação possível entre a virtude perfeita (vontade moralmente mais perfeita), que enquanto causalidade efetiva da felicidade no mundo, complementar-se-ia com a felicidade proporcional à virtude (com o mérito de ser feliz)²³. No prefácio à *KpV*, Kant enfatiza o sumo bem como objeto direto de uma vontade que se determina moralmente, sendo que as ideias de imortalidade e Deus consistem na condição de aplicação, e mesmo efetividade de tal vontade

²¹ „...nämlich, nicht als auf den Grund, sondern als auf die notwendigen Folgen der Maximen, die <jenen Gesetzen> gemäß genommen werden“ (KANT. Religion, BA VI; Suhrkamp Werkausgabe, Bd.VIII, p.650).

²² Cf. Höffe – “Em direção oposta à representação comum, ela não forma a base mas bem a consequência da moral” (HÖFFE, Otfried. Immanuel Kant. 2005, p.280).

²³ Cf. Kant – „Ich nenne die Idee einer solchen Intelligenz, in welcher der moralisch vollkommenste Wille, mit der höchsten Seligkeit verbunden, die Ursache aller Glückseligkeit in der Welt ist, so fern sie mit der Sittlichkeit (als der Würdigkeit, glücklich zu sein) in genauem Verhältnisse steht, das Ideal des höchsten Guts“ (KANT. KrV, A811/B839; Suhrkamp Werkausgabe, Bd.IV, p.681).

moral²⁴. Allen W. Wood nos esclarece inclusive que, o bem moral (representado pela virtude), e o bem natural (representado pela felicidade) são elementos heterogêneos, porém, seus valores não são intercambiáveis, embora haja certamente a primazia do bem moral em relação ao bem natural, sendo que este último deve se mensurar por aquele²⁵; isto leva a conclusão de que *ambos*, mesmo que estabelecidas as devidas distinções, são necessários para uma perspectiva sistêmica da fundamentação moral.

Na *Dialektik* da *KpV*, Kant finalmente apresenta seu conceito mais acabado de sumo bem, começando pela eliminação da ambiguidade que possa surgir de tal expressão. Num primeiro momento, pode-se pretender entender o sumo bem como um bem supremo (*supremum; das Oberste*), que, em sua essência, é um bem originário (*originarium*), pois consiste numa *condição incondicionada*, independente, portanto, de qualquer subordinação²⁶. Num segundo momento, pode-se pretender entender o sumo bem como um bem consumado (*Vollendet; consummatum*), que requer a consumação da parte do sumo bem que diz respeito subjetivamente aos seres humanos finitos enquanto membros de um mundo sensível e também, ao mesmo tempo, inteligível, enquanto resultado necessário de uma ação moralmente ordenada; ainda que tal consumação, a saber, a felicidade, nunca possa constar como fundamento primeiro de sua aquisição. Nas palavras de Kant:

Ora, na medida em que virtude e felicidade constituem em conjunto a posse do sumo bem em uma pessoa, mas que com isso também a felicidade, distribuída

²⁴ Cf. Kant – „Gleichwohl aber sind sie die Bedingungen der Anwendung des moralisch bestimmten Willens auf sein ihm a priori gegebenes Objekt (das höchste Gut)“ (KANT. *KpV*, A6; Suhrkamp Werkausgabe, Bd.VII, p.108).

²⁵ Cf. Wood – “The highest good has two components: the “moral good”, virtue of the character, and the “natural good”, happiness or “well-being” (*Wohl*). The two components are heterogeneous; neither’s value is substitutable for that of the others. But they do not have equal moral weight; the value of natural good is conditional upon the moral good” (WOOD, Allen W. *Rational theology, moral faith, and religion*. 2009, p.402)

²⁶ KANT. *KpV*, A198; Suhrkamp Werkausgabe, Bd.VII, p.238.

bem exatamente em proporção à moralidade (enquanto valor da pessoa e do seu merecimento de ser feliz), constitui o sumo bem de um mundo possível, assim este sumo bem significa o todo, o bem consumado, no qual, contudo, a virtude é sempre como condição do bem supremo, porque ele não tem ulteriormente nenhuma condição acima de si, enquanto a felicidade, sem dúvida, é sempre algo agradável ao que a possui, mas, não algo que é por si só, absolutamente e sob todos os aspectos, bom, porém, pressupõe sempre como condição a conduta legal moral (KANT. *KpV*, A199)²⁷

Portanto, a aparente ambiguidade pode ser superada pela simples consideração de que se trata de duas determinações que o próprio Kant diz estarem em vinculação necessária sob um mesmo conceito, trata-se, pois, de uma necessidade subjetivamente prática. Isto em decorrência do fato de que o sumo bem somente é possível efetivamente mediante nossa vontade (o mesmo que uso prático puro da razão), no qual a virtude e a felicidade não podem ser pensadas separadamente. O assentimento à realidade prática da virtude sempre implicará na consumação da felicidade²⁸. Portanto, não só a liberdade da vontade, possível pelo caráter autônomo dos seres sensíveis dotados da capacidade de racionalidade é necessária para o alcance do sumo bem, mas também há uma necessidade da postulação da imortalidade da alma e de Deus. Isto porque a liberdade consiste numa necessidade objetiva, enquanto os demais postulados consistem numa necessidade subjetiva.

Em relação à imortalidade da alma, Kant observa que, a possibilidade de tornar real o sumo bem é necessariamente dependente de uma

²⁷ „So fern nun Tugend und Glückseligkeit zusammen den Besitz des höchsten Guts in einer Person, hiebei aber auch Glückseligkeit, ganz genau in Proportion der Sittlichkeit (als Wert der Person und deren Würdigkeit glücklich zu sein) ausgeteilt, das höchste Gut einer möglichen Welt ausmachen: so bedeutet dieses das Ganze, das vollendete Gute, worin doch Tugend immer, als Bedingung, das oberste Gut ist, weil es weiter keine Bedingung über sich hat, Glückseligkeit immer etwas, was dem, der sie besitzt, zwar angenehm, aber nicht für sich allein schlechterdings und in aller Rücksicht gut ist, sondern jederzeit das moralische gesetzmäßige Verhalten als Bedingung voraussetzt“ (KANT. *KpV*, A199; Suhrkamp Werkausgabe, Bd.VII, p.238).

²⁸ KANT. *KpV*, A204; Suhrkamp Werkausgabe, Bd.VII, p.242.

“...conformidade plena das disposições à lei moral...”²⁹, sendo esta, portanto, a condição *suprema* (*oberste*) para a realidade deste sumo bem. A argumentação de Kant na *GMS* e na *Analitik* da *KpV* mostrou que não há uma necessária identidade entre a vontade humana imperfeita e o imperativo moral, urge, portanto, a necessidade de desenvolver as disposições racionais práticas humanas, sendo isto somente possível mediante um “...progresso que avança ao infinito em direção àquela conformidade plena...”³⁰.

Para tal progresso, Kant diz ser necessário o estabelecimento daquela condição imprescindível à verificação da permanência, e concomitantemente do desenvolvimento das disposições do ser racional ao infinito, a saber, da imortalidade da alma enquanto um postulado, nas palavras de Kant:

(...) por conseguinte esta [imortalidade da alma], enquanto inseparavelmente vinculada à lei moral, é um postulado da razão prática pura (pelo qual entendo uma pressuposição teórica mas indemonstrável enquanto tal, na medida em que ele é inseparavelmente inerente a uma lei prática que vale incondicionalmente a priori) (KANT. *KpV*, A220)³¹.

Da necessidade sistêmica de postular a imortalidade da alma, pode-se também depreender a necessidade da postulação da existência de Deus, sendo que, em relação especificamente à imortalidade da alma, Kant destaca que somente Deus seria capaz de abarcar uma existência infinitamente duradoura³². Por conseguinte, somente Deus poderia também abarcar a continuação do progresso moral humano também ao infinito, e, finalmente ao

²⁹ “...völlige Angemessenheit der Gesinnungen zum moralischen Gesetze...” (KANT. *KpV*, A219; Suhrkamp Werkausgabe, Bd.VII, p.252).

³⁰ “...Unendliche gehenden Progressus zu jener völligen Angemessenheit angetroffen werden, ...” (KANT. *KpV*, A220; Suhrkamp Werkausgabe, Bd.VII, p.252).

³¹ “...mithin diese, als unzertrennlich mit dem moralischen Gesetz verbunden, ein Postulat der reinen praktischen Vernunft (worunter ich einen theoretischen, als solchen aber nicht erweislichen Satz verstehe, so fern er einem a priori unbedingt geltenden praktischen Gesetze unzertrennlich anhängt)” (KANT. *KpV*, A220; Suhrkamp Werkausgabe, Bd.VII, p.252).

³² KANT. *KpV*, A223; Suhrkamp Werkausgabe, Bd.VII, p.254.

comprazimento deste com o derradeiro complemento do sumo bem, a saber, o merecimento de ser feliz, este adquirido desinteressadamente mediante tal desenvolvimento moral. É por este motivo que Kant vê a necessidade da postulação também da existência de Deus, conceito prático que se deriva também da liberdade, a qual tem a prova de sua realidade efetiva pela sua *ratio cognoscendi*, a saber, lei moral:

Essa mesma lei tem de remeter também, tão desinteressadamente como antes a partir de uma simples razão imparcial, à possibilidade do segundo elemento do sumo bem, a saber, a felicidade adequada àquela moralidade, ou seja, à pressuposição da existência de uma causa adequada a este efeito, isto é, postular a existência de Deus como necessariamente pertencente à possibilidade do sumo bem (que com objeto de nossa vontade está necessariamente vinculado à legislação moral da razão pura) (KANT. KpV, A223)³³.

Deus, neste sentido, serve como elemento de interconexão entre a moralidade e a felicidade, sendo que tal conexão necessária não existe sem que se haja uma postulação da mesma³⁴. Deus, portanto, deve ser considerado o fundamento da interconexão, qual seja, “...da exata concordância da felicidade com a moralidade”³⁵. Kant infere, a partir de tais considerações, que a postulação da possibilidade da existência de um mundo melhor, que ele denomina *sumo bem derivado* (*höchsten abgeleiteten Guts*) consiste, concomitantemente, na postulação da existência efetiva do *sumo bem originário*

³³ „Eben dieses Gesetz muß auch zur Möglichkeit des zweiten Elements des höchsten Guts, nämlich der jener Sittlichkeit angemessenen Glückseligkeit, eben so uneigennützig, wie vorher, aus bloßer unparteiischer Vernunft, nämlich auf die Voraussetzung des Daseins einer dieser Wirkung adäquaten Ursache führen, d.i. die Existenz Gottes, als zur Möglichkeit des höchsten Guts (welches Objekt unseres Willens mit der moralischen Gesetzgebung der reinen Vernunft notwendig verbunden ist) notwendig gehörig, postulieren“ (KANT. KpV, A223; Suhrkamp Werkausgabe, Bd.VII, p.254).

³⁴ KANT. KpV, A224; Suhrkamp Werkausgabe, Bd.VII, p.255.

³⁵ „der genauen Übereinstimmung der Glückseligkeit mit der Sittlichkeit, ...“ (KANT. KpV, A225; Suhrkamp Werkausgabe, Bd.VII, p.255).

(*böchsten ursprünglichen Guts*), a saber, a efetiva existência de Deus³⁶. Lewis White Beck, ainda retomando a argumentação de Kant na parte final da *KrV* propõe que a significação mais importante do conceito de sumo bem, que tem por corolário o próprio conceito de Deus, permite não só a aproximação entre as esferas *natural* e *moral*, mas também considerar tais esferas sob uma *unidade filosófica sistemática*³⁷.

Considerações finais

Assim, após esta breve exposição acerca dos postulados da imortalidade da alma, da liberdade, e da existência de Deus, vê-se que estes assumem uma importância sistêmica na *Dialektik* da segunda Crítica, nas palavras do próprio Kant:

O primeiro decorre da condição praticamente necessária da adequação da duração à completude do cumprimento da lei moral; o segundo, da necessária pressuposição da independência do mundo sensorial e da faculdade de determinação de sua vontade segundo a lei de um mundo inteligível, isto é, da liberdade; o terceiro, da necessidade da condição de um tal mundo inteligível para que exista o sumo bem mediante a pressuposição do sumo bem independente, isto é, da existência de Deus (KANT. KpV, A 239)³⁸.

³⁶ KANT. KpV, A226; Suhrkamp Werkausgabe, Bd.VII, p.256.

³⁷ Cf. Beck – “It is the concept of the *summum bonum* as the final purpose of the world with its corollary concept of God that finally bridges the gap between nature and morals. Through these concepts Kant believes that he is able to approach most nearly the goal of a single system of philosophy” (BECK, Lewis White. A commentary on Kant’s Critique of practical reason. 1984, p.278).

³⁸ „Das erste fließt aus der praktisch notwendigen Bedingung der Angemessenheit der Dauer zur Vollständigkeit der Erfüllung des moralischen Gesetzes; das zweite aus der notwendigen Voraussetzung der Unabhängigkeit von der Sinnenwelt und des Vermögens des Bestimmung seines Willens, nach dem Gesetze einer intelligibelen Welt, d.i. der Freiheit; das dritte aus der Notwendigkeit der Bedingung zu einer solchen intelligibelen Welt, um das höchste Gut zu sein, durch die Voraussetzung des höchsten selbständigen Guts, d.i. des Daseins Gottes“ (KANT. KpV, A238; Suhrkamp Werkausgabe, Bd.VII, p.264).

Na *Preisfrage* escrita para a Academia Real de Ciências de Berlin no ano de 1791, intitulada *Welches sind die wirklichen Fortschritte, die die Metaphysik seit Leibnitzens und Wolff* (1804, *Preisfrage*), Kant ao recapitular sua proposta crítica em relação à Metafísica, e todo o avanço que esta permitiu em relação aos objetos da Metafísica, faz questão de chamar a atenção novamente para o fato de que, apesar de as ideias de liberdade, existência de Deus e imortalidade da alma serem ideias da razão que consistem não mais que em “...conceitos factícios...”³⁹ para a perspectiva do uso especulativo da mesma, ou ainda neste sentido, “...ideias transcendent...”⁴⁰; sua importância, entretanto, pode ser realçada no que tange à esfera de um uso prático da razão. Kant novamente reforça a posição assumida pelos conceitos práticos, sendo “A liberdade pela qual há de se começar”⁴¹, “Deus, o princípio soberano por cima de nós enquanto autor moral do mundo...”⁴², e “A imortalidade, isto é, a continuação da nossa existência depois de nós, (...), com a prossecução até ao infinito das consequências morais e físicas, que são conformes ao seu comportamento moral”⁴³. Com isso, Kant demonstra a importância de sua investigação crítica, e traz a lume o que esta parece ter promovido frente as pretensões ilusórias da Metafísica dogmática em relação aos objetos desta.

É interessante verificar que a especulação da metafísica empreendida por Kant na primeira Crítica, algo que ele mesmo reconheceu em seus últimos escritos, como momento singular dentro da modernidade, afirmando inclusive

³⁹ „gemachten Begriffe“ (KANT. *Preisfrage*, A105; Suhrkamp Werkausgabe, Bd.VI, p.632).

⁴⁰ „transzendenter Ideen“ (KANT. *Preisfrage*, A105; Suhrkamp Werkausgabe, Bd.VI, p.632).

⁴¹ „Die Freiheit, von welcher der Anfang muß gemacht werden...” (KANT. *Preisfrage*, A106; Suhrkamp Werkausgabe, Bd.VI, p.632).

⁴² „Gott, das allgnügssame Prinzip des höchsten Gutes über uns, was, als moralischer Welturheber, ...“ (KANT. *Preisfrage*, A107; Suhrkamp Werkausgabe, Bd.VI, p.632).

⁴³ „Unsterblichkeit, d.i. die Fortdauer unserer Existenz nach uns, (...) mit denen ins Unendliche fortgehenden moralischen und physischen Folgen, die dem moralischen Verhalten derselben angemessen sind“ (KANT. *Preisfrage*, A107; Suhrkamp Werkausgabe, Bd.VI, p.632).

que “...a Metafísica é a autêntica, a verdadeira filosofia”⁴⁴, não escondendo ser como que seu *destino* (*Schicksal*)⁴⁵, mantém uma interessante relação de dependência com a especulação acerca da moralidade. Como nos aponta Jean Lacroix, “A crítica kantiana é um esforço para restituir toda a sua força à antiga metafísica teísta e reabilita-la do descrédito em que tinha caído no século XVIII”⁴⁶. Inclusive, tal tarefa torna-se bastante visível na própria crítica que Kant empreende contra Leibniz, qual seja, segundo esclarece o próprio Lacroix, “...ter querido remontar dos *phenomena* aos *noumena* sem a mediação moral, e ter assim, aspirado a um conhecimento objetivo onde apenas uma fé da razão é possível”⁴⁷, ou seja, operar a passagem da esfera especulativa (*phenomena*) à metafísica (*noumena*) sem mediar as duas pela via da moral.

Vemos, portanto, que a teoria dos postulados exerce uma posição de extrema importância, note-se, uma importância sistêmica, enquanto é necessária para um perfeito encerramento de um sistema da razão. Tal teoria realça o interesse prático da razão, bem como torna a moralidade algo alcançável ao homem em sua imperfeição moral natural, os postulados fornecem, portanto, valor moral a sua existência finita. A religião que Kant necessariamente faz derivar da moralidade torna notória a concepção de revolução copernicana em filosofia moral, já que o autor redefine a moralidade numa perspectiva totalmente secularizada na modernidade⁴⁸.

⁴⁴ “...*Metaphysik die eigentliche, wahre Philosophie*” (KANT, *Logik*, A39; Suhrkamp Werkausgabe, Bd.VI, p.457).

⁴⁵ KANT. *Träume*, A115; Suhrkamp Werkausgabe, Bd.II, p.982.

⁴⁶ LACROIX, Jean. Kant e o kantismo. 1979, p.10.

⁴⁷ LACROIX, 1979, p.21.

⁴⁸ Cf. Beck – “...the definition of religion acknowledges a dimension of moral law that was taken from it by the Copernican Revolution in ethics. Sittengesetz and Moralgesetz were relatively new words in German philosophy when Kant wrote; and prior to Kant they meant a law for morality drawn from the will of God, as a supplement to natural and positive law. Kant secularized the conception of moral law, against the theonomic doctrines of both the Wolffians (e.g., Baumgarten) and the critics of Wolff (specially Crusius), and thereby erected what has been called “the first non-theological philosophical ethics since Thomasius” (BECK, 1984, p.280).

Referencias bibliográficas:

- BECK, L. W. *A commentary on Kant's 'Critique of practical reason'*. Chicago: The Chicago University Press, 1984.
- DEKENS, O. *Compreender Kant*. São Paulo: Loyola, 2008.
- FERRAZ, C. *Do juízo teleológico como propedêutica à teologia moral em Kant*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.
- GUYER, P. *Kant*. New York: Routledge Publisher – Taylor & Francis Group, 2006.
- HAMM, C. V. *A fusão de campos semânticos: o exemplo de einsehen, verstehen, begreifen*. In: PINZANI, A., ROHDEN, V. (Orgs.). *Crítica da razão tradutora: sobre a dificuldade de traduzir Kant*. Florianópolis: NEFIPO, 2009.
- HÖFFE, O. *Immanuel Kant*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- KANT, I. *Die Immanuel Kants Werkausgabe in zwölf Bänden*. Herausgegeben von Wilhelm Weischedel. Frankfurt: Suhrkamp / Insel Verlag, 1968.
- _____. *A religião nos limites da simples razão*. Trad. Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 2008.
- _____. *Crítica da razão prática*. Trad. Valerio Rohden. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- _____. *Crítica da razão pura*. Trad. Valerio Rohden e Udo Baldur Moosburger. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Coleção Os Pensadores).
- _____. *Crítica da razão pura*. Trad. Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. 7ªed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2010.
- _____. *Critique of pure reason*. Translated, edited, and with introduction by Marcus Weigelt based on the translation by Max Müller. London: Penguin Books Ltd., 2007.
- _____. *Critique of pure reason*. Trans. Paul Guyer. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

_____. *Que significa orientar-se no pensamento?* Trad. Artur Mourão. In: KANT, Immanuel. *A paz perpétua e outros opúsculos*. p.39-57. Lisboa: Edições 70, 2008.

LACROIX, J. *Kant e o kantismo*. Trad. Maria Manuela Cardoso. Porto: Rés, 1979.

WOOD, A. W. "Rational theology, moral faith, and religion". In: GUYER, Paul (Org.) *Cambridge Companion to Kant*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009. p.394-416.